

As fronteiras da religião na metrópole

Cartografia que revela a ocupação das áreas na região metropolitana de São Paulo a partir da religião¹

José Carlos Pereira

Resumo

O texto ora proposto analisa um conjunto de informações que, além de revelar as fronteiras das religiões na região metropolitana de São Paulo, retratam distintos indicadores de exclusão social, sendo que todos estes indicadores estão relacionados, direta ou indiretamente com o fator religioso.

Através de uma seqüência de mapas é possível visualizar como são ocupados os territórios desta metrópole e quais as religiões que predominam entre as diversas camadas sociais que a povoam. O objetivo desta pesquisa foi demonstrar o poder que a religião exerce na vida social e revelar sua influência no processo de exclusão e inclusão social.

Apresentamos essa abordagem por meio de um Atlas das principais religiões que compõem o campo religioso da metrópole paulistana e suas configurações de espaço, com fronteiras bem delimitadas.

Através de um conjunto de estudos e operações científicas e técnicas desenvolvidas por diversos órgãos de pesquisa, foi possível elaborar uma carta geográfica da distribuição das religiões na metrópole de São Paulo, identificando com precisão os limites de ocupação territorial de católicos, pentecostais, evangélicos tradicionais, espíritas, os sem religião, entre outros, identificando, assim, as distintas manifestações do fenômeno da exclusão social na metrópole. Mesmo com todo o paradoxo que as religiões representam, descobrimos que ela é um elemento poderoso no processo de inclusão social.

Para completar o mapa da distribuição das religiões na metrópole, suas fronteiras geográficas e confirmar a tese da exclusão e inclusão social, apresentamos outros mapas que trazem fatores que ajudam a determinar a opção religiosa. Quesitos como cor da pele, migração, escolaridade, renda,

¹ Este artigo é resultado das pesquisas para a tese de doutorado, “*O poder simbólico da religião. A dialética da exclusão e inclusão nos espaços sagrados da Igreja Católica na região metropolitana de São Paulo*”, defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC/SP, em 30/05/2008..

privação social e taxa homicídio foram importantes para tratar da religião como uma questão de fronteira.

Palavras-chave: religião; exclusão e inclusão; pobreza; metrópole; fronteiras e migração.

INTRODUÇÃO

Um levantamento cartográfico feito na região metropolitana de São Paulo revelou as fronteiras das religiões nesta metrópole, evidenciando quem é e onde está o maior número de católicos, evangélicos tradicionais e evangélicos pentecostais, os espíritas e os “sem religião”. Além desta demarcação geográfica por religião, os mapas revelaram o estreito vínculo entre religião e exclusão social que resultou numa tese de doutorado sobre o poder simbólico da religião. O tema da exclusão social está, portanto, entrelaçado com o tema da religião.

Não obstante as várias noções no conceito de exclusão, elas apresentam traços comuns, sendo, portanto, o ato de discriminar, privar, ou mesmo, dificultar uma pessoa, grupo ou categoria social, de participar ou exercer uma atividade social que lhes é garantida por direito. Com efeito, a exclusão no campo religioso católico, por ser a religião matricial da maioria do povo brasileiro e até o momento, predominante (73,9%, Censo 2000), de certa forma, acaba por apontar a exclusão também em outros campos sociais. É isso que pretendo demonstrar aqui, através de um levantamento cartográfico das religiões na metrópole. Veremos que a exclusão religiosa tem vínculos com outros fatores que indicam exclusão social. Por uma questão de espaço, não vamos colocar os mapas, mas apenas as reflexões e os dados deles inferidos.

Como já dissemos, o texto ora apresentado trata, em primeira instância, da relação entre religião e exclusão, apontando para a importância da religião no processo de inclusão social. Destacamos os espaços urbanos ou região da metrópole paulistana e suas desigualdades religiosas no quesito ocupação territorial.

Assim sendo, a cartografia das religiões aqui apresentada oferece os resultados extraídos de um conjunto de mapas distintos que, por questão de espaço, não foram colocados aqui, mas que podem ser consultados no livro *Religião e Exclusão Social* (Santuário, 2009), onde trato com profundidade destas questões, expondo e comentando cada mapa. Mapas que mostram com precisão onde estão os adeptos das diferentes religiões que formam a teia da fé que enreda a vida social na metrópole. Mostra também a relação entre estas diversas religiões e os indicadores de exclusão social, como, por exemplo, pobreza, cor da pele,

escolaridade, renda, áreas de privação social, migração e violência. São indicadores que ajudam a conferir a tese do poder simbólico da religião no processo de inclusão social.

Religião e exclusão.

Para analisar a religião e sua correlação com as causas que propiciam a exclusão social é preciso compreendê-la dentro de um conjunto de fatores que estão entrelaçados, como etnia, escolaridade, renda, privação social, migração, além de situações culturais vinculadas diretamente com o fator religião, como, por exemplo, o trânsito religioso. Todos esses fatores são indicadores de exclusão social. São, portanto, condições que devem ser analisadas e tratadas como um *processo e trajetória*, e não meramente a partir de uma visão estática e reducionista de que os excluídos são apenas aqueles que estão em pior situação de pobreza. Considerando que há certa distinção entre exclusão social e pobreza (concordando, dessa forma, com Adailza Sposati de que) “pobre é o que não tem, enquanto o excluído pode ser o que tem sexo feminino, cor negra, opção homossexual, é velho, etc” (Sposati, 1999: 129-130). Portanto, “a exclusão inclui até mesmo o abandono, a perda de vínculos, o esgarçamento das relações de convívio, que necessariamente não passam pela pobreza” (Sposati, 1999: 130). À vista disso, o leque de compreensão da exclusão social se amplia e se classifica também como cultural, relativa, histórica e religiosa. Enfim, é tida como exclusão, a perda de possibilidade de participação efetiva num determinado espaço de relações sociais.

O espaço urbano da metrópole.

Damos ênfase às especificidades atuais das desigualdades que ocorrem na ocupação dos espaços geográficos da metrópole e sua correlação com o fator religião. Em se tratando da religião católica e das funções desempenhadas nos templos, lembramos, que esse tipo de relação com o sagrado “faz com que o sentimento de exclusão possa ter um teor puramente relativo, ou seja, o de estar excluído não de necessidades consideradas básicas, mas daquilo que outras pessoas têm. Essa sensação pode, com efeito, ocorrer em qualquer faixa de renda” (Dupas, 2001:17), como já citamos e que pudemos constatar nas duas áreas que

analisamos no decorrer desta pesquisa. Neste aspecto, chamamos a atenção também para a definição de exclusão que exige a consideração de especificidades locais, ou seja, não só o contexto econômico, mas também o entendimento que cada sociedade tem sobre o que seja a integração social (Dupas, 2001: 18). Portanto, levamos em consideração nessa abordagem da exclusão, seu aspecto *multidimensional*, que inclui uma série de faltas, como a falta de acesso não só a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça e à cidadania (como nos mostra o mapa da exclusão na metrópole).

Desse modo, engendramos aqui, a configuração conspectiva das religiões na metrópole de São Paulo e em que essa distribuição assoma a cerca da exclusão social. A difusão geográfica das religiões na capital paulista e região adjacente demonstra que a exclusão religiosa tem associação direta com a exclusão social. Comprova-se com isso que essa modalidade de exclusão faz parte de um amplo processo de privações que sofre o indivíduo, os grupos ou as camadas sociais. Ainda que a questão econômica tenha influência determinante em grande parte das situações de exclusão, algumas fogem destas características, como às que encontramos entre os freqüentadores das áreas mais nobres, que, nem sempre são pobres, mas sim, idosos, doentes e, em grande parte, pessoas solitárias.

Cartografia das religiões

Retomando o tema das desigualdades na geografia das religiões em São Paulo, vimos que ela é mais perceptível em primeiro plano, entre católicos e pentecostais, nas suas mais variadas denominações. De forma mais latente, se acentua as disparidades quanto à ocupação dos espaços geográficos que apontam para um problema que merece maior atenção que é a relação entre, economia, pobreza e religião. Chamamos a atenção para a exclusão religiosa e as desigualdades, a partir do espaço geográfico, entre outras religiões, além da católica, que ocupam o território supracitado, porque elas refletem uma forma clássica de exclusão social já constatada no século XIX por Max Weber na “*Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*” (1996). Na região metropolitana de São Paulo, essas desigualdades comprovam uma relação excludente, que varia de acordo com a religião que o indivíduo adere.

Católicos e evangélicos pentecostais

Segundo nos mostram os dados do mapeamento dos católicos e dos evangélicos pentecostais, no centro e nos bairros das camadas média e média alta, predominam a presença dos católicos, enquanto que os pentecostais se concentram mais nas periferias, sobretudo nas zonas norte e leste da capital. O que se constatou, segundo o Censo, foi que houve um crescimento significativo das igrejas evangélicas e pentecostais durante a década de 90, principalmente nas regiões mais pobres e violentas da capital paulista e municípios vizinhos, o que contrapõe com o quadro de predominância de católicos no centro e bairros nobres da capital, onde os mesmos ainda representam em torno 71,92% a 82,43 % da população. Os bairros paulistanos que mais concentram pentecostais são, Cidade Tiradentes, com 21,7% e Lajeado, com 21,1%. A região central de São Paulo representa em torno de 0,34% a 5,8 % de evangélicos e pentecostais. Essa porcentagem tende a aumentar à medida que se distancia do centro. Os bairros em torno do centro concentram uma porcentagem entre 5,8% a 11,27% e suas imediações representam entre 11,27% a 17,62%. Por fim, na faixa que corresponde à periferia, aglomeram entre 17,62% a 23,98% dos evangélicos e pentecostais da cidade de São Paulo e regiões metropolitanas. Portanto, o resultado do contraponto dessa descrição encontra-se na região central e bairros contíguos, que concentram entre 71,92% a 82,43% dos católicos. Na área em torno da região central, onde estão localizados os bairros mais nobres da capital, como os bairros do Morumbi, Moema, Jardins, Altos de Pinheiros e Lapa, entre outros, concentram entre 61,41% a 71,92% dos católicos. Seguindo a mesma dinâmica, entendemos que, à medida que se avança para as periferias, a tendência é aumentar o número de evangélicos e pentecostais e, consecutivamente, o nível de pobreza e outros fatores a ela relacionados.

Pobreza e pentecostalismo

A partir desta primeira observação, é possível suspeitar que o crescimento dos pentecostais na década de 90, constatado pelo IBGE, reflete um processo de empobrecimento da população, ampliando, assim, o número dos socialmente excluídos. O fato das religiões de

cunho pentecostal pregarem o desenvolvimento econômico pessoal e, consecutivamente, a ascensão social, contribui para o aumento no número de adeptos nas periferias. Esse é também um dos fatores da crescente busca entre os empobrecidos pelas igrejas que apregoam a teologia da prosperidade. Os estudos do CEM, a partir de dados do censo 2000, apontaram este crescimento acentuado dos evangélicos pentecostais nas periferias, principalmente nas zonas leste e norte de São Paulo, que são áreas de grande exclusão social. Apesar dos católicos ainda serem maioria na população brasileira (73,9%), o mapa da exclusão dos pentecostais se intensifica quando se trata de analisar a ocupação territorial. No que tange ao catolicismo, ele continua majoritário enquanto a religião dos socialmente incluídos, ou seja, da maioria branca que pertence à camada média, média alta e alta da população, com bom nível de escolaridade e com renda a partir de dez salários mínimos. Se os católicos ocupam as regiões mais desenvolvidas e com melhor infra-estrutura, eles são, portanto, brancos e ricos.

Cor da pele

No mapeamento por cor da pele nessas áreas geográficas ficou constatado que, na região central de S. Paulo, onde está a maioria católica, a porcentagem de pretos e pardos varia de 0 a 10%. Esse índice tende a aumentar à medida que se afasta do centro e dos bairros mais nobres. As áreas em torno da região central, onde está a maioria dos evangélicos pentecostais, concentram entre 10% a 20% da população afro-descendente. As duas últimas faixas que correspondem aos bairros periféricos, respondem com 40% a 50% da população preta e parda. Os bairros periféricos como, Lajeado e Jardim Ângela, além de concentrarem um número significativo de pessoas evangélicas e pentecostais (somados os dois bairros, chega-se a 42,8% dessa denominação religiosa), concentra também a maior parte da população afro-descendente (Lajeado 51,8% e Jardim Ângela 51,4%), seguindo padrões históricos de exclusão. Esses dados se contrapõem com os dados dos bairros de Moema e Jardim Paulista que têm apenas 4,7% (Moema) e 5,2% (Jardim Paulista) da população de pretos, tornando evidente a disparidade social neste quesito. O que se atesta é que nos distritos que oferecem melhores condições de vida, os negros não atingem 10% da

população, enquanto que nas áreas periféricas, a proporção é de um negro para cada branco (IBGE, 2000).

Grau de escolaridade

Os bairros, distritos ou regiões metropolitanas que concentram os maiores índices de brancos e católicos são também os que acumulam pessoas com os níveis mais altos de escolaridade, contrapondo-se com as regiões periféricas, em que quanto mais distante do centro, mais decresce o nível de escolaridade de seus moradores. A cartografia retratou também os anos médios de estudo do chefe de domicílio, segundo dados do IBGE (2000). Novamente as regiões centrais concentram os maiores índices de escolarizados, numa média de 8 a 11 anos de estudo ou mais, por chefe de domicílio, contra 0 a 6 das regiões periféricas. Nas regiões das camadas média e alta o nível de escolaridade fica em torno de 13,4% (13,3% no Jardim Paulista e 13,4% em Moema), enquanto que nas periféricas, como Marsilac e Parelheiros o nível cai para 4,6% (Marsilac) e 5,1% (Parelheiros), conforme dados apontados acima. O que se pode averiguar é que à religião, à escolaridade e à renda estão fortemente relacionadas nesse processo de exclusão e inclusão social, formando uma teia de fatores interdependentes.

Renda mensal familiar

Segundo os indicadores do IBGE, o mapa dos anos de estudo do chefe de domicílio é igual ao de renda familiar mensal média. Nas faixas mais altas de renda, onde estão os católicos, espíritas e parte dos evangélicos tradicionais, constata-se maior nível de escolaridade. Através da comparação entre o mapa da renda e o mapa da religião, é possível visualizar a formação do processo de exclusão e inclusão social na capital e regiões adjacentes. Segundo levantamento histórico, a gênese da exclusão territorial, a partir da religião e da renda, se deu com a ocupação da área que hoje é o centro velho da capital paulista que nasceu em torno de um eixo religioso formado pelos Jesuítas (1554), com a fundação do colégio que deu origem ao povoado e que se desenvolveu a partir de um triângulo católico, formado pelos conventos do Carmo, São Bento e São Francisco e que se manteve, por

aproximadamente 400 anos, quase completamente católica. Só em 1910 é que se tem notícia da criação nesta região (Brás) da primeira igreja pentecostal brasileira (Dias, 2003), mas já no final do século XIX, começava a se figurar a nova geografia territorial e religiosa de São Paulo, com a criação de áreas específicas para as camadas sociais mais elevadas, comumente, católicas.

Se a desfiliação da religião mais tradicional (no caso, a religião católica) e o êxodo do centro para a periferia retrata o processo de empobrecimento da população, e, consecutivamente, de exclusão social, o inverso também pode ser verdadeiro: a filiação às religiões de cunho neopentecostal nas periferias, pode revelar a tese supracitada da busca de uma ascensão social perdida ou não encontrada no centro da cidade e no catolicismo ali preponderante. A partir do que apontam os mapas, não é difícil traçar o perfil destas pessoas: elas são, na maioria, preta ou parda, oriunda da região nordeste e com baixo nível de escolaridade, portanto, o grau de pobreza e suas correlações, como vimos, são fatores que contribuem para classificar o grau de exclusão social que uma pessoa se encontra e os agentes que precisam ser focalizados e controlados para reverter esse quadro.

Áreas de privação social

Para completar essa teia de fatores que se mesclam e favorecem a exclusão, apontamos os dados sobre a privação social desta população, que, de uma forma ou de outra, tem vínculo com o fator religioso. O mapeamento desse aspecto social demonstrou que o centro de São Paulo e bairros limítrofes, povoados por católicos, espíritas e evangélicos tradicionais, concentra um índice quase zero de privação social da população. Ou seja, os 22,1% dos que ocupam estas áreas não tem nenhuma ou quase nenhuma privação social. Como era de se esperar, ocorre o contrário nas regiões periféricas, onde a maioria tem alta privação social (25,5%). Essas áreas aglomeram os que vivem com altíssima privação social (3,8%). Lá está a maioria preta e parda de filiação religiosa evangélica pentecostal ou sem religião e com baixo nível de escolaridade. Percebe-se, portanto, que, quanto mais distante do centro, maior é o índice de vulnerabilidade social. Segundo os dados do CEM (Centro de Estudos da Metrópole), é possível identificar áreas com três milhões de paulistanos, isto é, 29,3% da população, vivendo em condição de alta privação social. Segundo os resultados

dessa mesma pesquisa, 400 mil pessoas moram em áreas classificadas como de altíssima vulnerabilidade. Um outro dado importante nesse mapeamento da exclusão social é que às áreas de pior qualidade de vida são justamente as que apresentam as maiores concentrações de crianças, adolescentes e mulheres chefes de domicílio com renda e escolaridade baixa (CEM, 2004). Segundo os resultados da pesquisa, nas áreas que estão os bairros da Consolação e Jardim Paulista, o índice de privação social é zero, enquanto que em Marsilac e Parelheiros, extrema periferia de S. Paulo, os índices atingem 85% (em Marsilac) e 77% (em Parelheiros). A disparidade social entre estas duas áreas é abissal. Podemos perguntar por que nesta área de alta privação social há um crescimento do número de evangélicos pentecostais? São muitas as conclusões que podemos extrair destes dados: a primeira é a promessa de ascensão social oferecida pela maioria das religiões evangélicas de linha pentecostal; a segunda é que nestas áreas está concentrado o maior número de pessoas que se identificam como “sem religião”. Estes são alvo fácil de conversão para uma religião evangélica pentecostal já que se encontram numa situação de vulnerabilidade religiosa; a terceira conclusão é a pouca presença católica nestas áreas. O número de igrejas católicas é insignificante perto do número de igrejas evangélicas pentecostais. Os católicos, desassistidos também se tornam vulneráveis a “conversão” evangélica que atua com insistência nestas áreas. Estes fatores contribuem para o crescimento dos evangélicos nas áreas periféricas de alta privação social.

Áreas de migrantes

Um outro dado que a cartografia das religiões na metrópole revelou é a pouca presença de migrantes nordestinos nas regiões mais ricas, onde se concentram os católicos, espíritas e evangélicos tradicionais, como Moema, Morumbi, Jardim Paulista e Altos de Pinheiros, entre outras, contrapondo a áreas de grande concentração desses migrantes nas periferias, como, por exemplo, Vila Andrade, na capital paulista e nos bairros das cidades circunvizinhas à capital. Esse quadro sinalizou uma diferenciação dos demais no que se refere à ocupação do centro velho de São Paulo. O mapa da região Sé indicou um índice relativamente alto da presença nordestina na capital. Segundo dados do CEM e IBGE, há cerca de 13,6% de migrantes nordestinos residentes há menos de dez anos na cidade e que

declararam domicílio na região Sé, embora estejam nesta região de forma provisória e inconsistente. Isso corresponde ao êxodo da camada média tradicional que começou a se acentuar, a partir da década de 70, migrando para as áreas exclusivas das camadas mais abastadas, desocupando prédios que passaram a ser ocupados, de forma irregular, pelos migrantes e sem teto. Segundo dados históricos do CEM, as regiões para distintos estratos sociais começaram a se desenhar já a partir do século XIX. O êxodo urbano do centro velho deu espaço para a ocupação dos migrantes nordestinos que passaram a chegar, via terminal rodoviário Tietê, permanecendo provisoriamente no *coração* da capital paulista, até encontrar emprego, ou subemprego, e fixar domicílio nos bairros periféricos ou cidades circunvizinhas. Lá eles se convertem a uma religião evangélica pentecostal que lhe promete ascender socialmente.

Violência: taxa de homicídio

Um outro dado que acompanha tal situação de vulnerabilidade domiciliar é a violência. A exclusão social e a violência são dois fatores que estão entrelaçados. Foi isso que apontou o mapa sobre a taxa de homicídios nestas regiões onde concentram os mais pobres. Às áreas periféricas agrupam o maior índice de violência da capital. Violência que, segundo registro Civil da Fundação Seade, manifesta-se de várias maneiras e com intensidades diversas. Os resultados da pesquisa mostram que o homicídio se concentra entre a população mais jovem. Eles são as maiores vítimas da exclusão social e da morte em consequência da mesma. Foi constatado que as vítimas de homicídio nessas regiões estão na faixa etária entre os 15 e 24 anos e são, em sua grande maioria, habitantes das periferias sul, leste e norte. Um dos fatores apontados nas conclusões da pesquisa do Seade é a falta de oportunidade de estudo, trabalho e lazer que possibilita a fomentação da violência nessas áreas de maior concentração da população.

A disparidade conjuntural entre os diversos fatores sociais da metrópole que esse mapeamento indicou demonstra as principais causas da violência que sobressaem nas regiões mais pobres. Uma conjuntura em que prevalece a não acessibilidade da maioria da população dos bairros periféricos aos bens e serviços produzidos socialmente, além de uma educação desigual, que impossibilita uma formação intelectual adequada para competir no

mercado de trabalho e a reprodução de comportamento que desqualifica as pessoas, contribuindo para fomentar a violência e aumentar a taxa de homicídios nos bairros mais pobres. Os dados correspondem ao número absoluto de homicídios de jovens na faixa etária dos 15 aos 24 anos, entre os anos de 1998 a 2000 na grande São Paulo. Destacam com maiores índices de violência os bairros de Jardim Ângela (com 305 vítimas), Cidade Ademar (com um número de 301 vítimas) e a região Brasilândia (com 253 vítimas de homicídio). O que este fator tem a ver com o fator religião? Uma das conclusões é que a religião evangélica pentecostal presente na maioria destas áreas surge como uma “tábua de salvação” ou um antídoto contra a violência. Muitos indivíduos ou famílias se convertem para estas religiões buscando apaziguar a violência que a cercam. Além disso, a doutrina evangélica incentiva que se pregue com veemência contra os elementos que são geradores de violência, como as drogas, a bebida, o cigarro, a prostituição, etc, acentuando a ascensão social como bênção de Deus na vida do fiel. Max Weber já havia acenado para este dado na *Ética protestante e o espírito do capitalismo*.

Conclusão

Essa cartografia revelou uma metrópole que evidencia a dialética da exclusão e inclusão social, a partir de fatores que, de certa forma, estão vinculados à religião. Nesse contexto, apresenta-se à realidade paradoxal das religiões e sua função social, que possibilita incluir ou excluir, integrar ou desintegrar o indivíduo num determinado espaço geográfico, num grupo ou dentro da própria religião. Segundo Antônio Flávio Pierucci, “embora haja relação direta entre alta renda e catolicismo e pobreza e pentecostalismo, este é apenas um fator explicativo” (Pierucci, 2003: 2). Pierucci lembra ainda que há outros fatores, como já apontamos anteriormente, como o aspecto cultural e a migração, além de lembrar que há também regiões de notória exclusão social que tem grande percentual de católicos, como o Jardim Ângela, com 69% (Pierucci, 2003: 2). Não obstante a tudo isso, a religião católica ainda representa no imaginário social, a religião dos socialmente incluídos e foi exatamente o que essa cartografia revelou. Isso ocorre devido a Igreja Católica ter conquistado, ao longo da história, certo *status* na sociedade, o que gera uma aceitabilidade de grande parte da população. Esses, entre outros fatores, facilitam a inclusão social, uma vez que ela é

beneficiada pela tradição. Desse modo, o mapa da distribuição da ocupação geográfica em São Paulo, por religião, indica as desigualdades sociais que existem entre os habitantes dessa metrópole.

Um dos pontos que esse levantamento cartográfico revelou é que, embora os católicos estejam distribuídos de forma relativamente homogênea entre os diversos grupos sociais, os mesmos ainda respondem pelos maiores percentuais entre a população mais rica, correspondendo a 76,1% desta camada social. Esse dado contrapõe-se com os evangélicos e pentecostais que agrupam os mais pobres, com índice de 17,6% dentre eles. A proporção desses últimos entre os mais ricos é reduzida, chegando apenas a 2,1% a 3,6%. Um dos aspectos apontados por esses quadros e que merece maior atenção é sobre os fatores que facilitam ou impulsionam a migração ou o trânsito religioso de católicos pobres para as religiões evangélicas pentecostais das periferias.

Podemos, enfim, com esses dados, certificarmos de que o catolicismo continua sendo a religião da grande maioria dos paulistanos. Esse quadro se repete no resto do país. Um número tão expressivo como esse confirma que a religião católica ainda tem uma significativa aceitabilidade na sociedade, e, portanto, possibilita que o fiel vislumbre uma maior aceitação social declarando-se católico na pesquisa censitária, embora, na prática, nem sempre os mais desfavorecidos socialmente se sintam acolhidos nos ditos espaços sagrados da religião católica, favorecendo, assim, o chamado, trânsito religioso.